



MINISTÉRIO DOS NEGÓCIOS ESTRANGEIROS
Direção-Geral dos Assuntos Europeus

CONTRIBUTO DE PORTUGAL
PARA O RELATÓRIO DA COMISSÃO EUROPEIA
SOBRE ESTADO DE DIREITO NA UNIÃO EUROPEIA

24 de janeiro de 2025

NOTA INTRODUTÓRIA

Este documento integra as respostas de Portugal às questões identificadas pela Comissão Europeia no seu pedido de contribuições aos Estados-membros para efeitos de elaboração do Relatório anual de 2025 sobre o Estado de Direito na União Europeia.

Seguindo a abordagem pretendida pela Comissão, o contributo foca-se nos desenvolvimentos ocorridos no ano de 2024, incluindo as medidas já tomadas, em curso ou previstas para implementar as recomendações dirigidas a Portugal no último Relatório da Comissão.

Do ponto de vista metodológico, as atualizações foram inseridas no próprio documento da Comissão, nos campos respetivos. Não se retoma a exposição do quadro jurídico aplicável em cada um dos quatro pilares, exceto quando este tenha sofrido alterações relevantes. Com vista a facilitar a consulta de fontes, foram inseridas hiperligações diretamente no texto, assinaladas a azul. São identificadas as remissões para elementos apresentados noutras partes do texto ou em anteriores contributos.

As informações que constam do presente documento complementam os elementos transmitidos nas reuniões técnicas com a Comissão Europeia, realizadas em 3 e 4 de dezembro de 2024. Faz-se ainda notar que as respostas de Portugal ao questionário adicional relativo à dimensão do mercado interno no Estado de Direito serão objeto de documento autónomo.

Por fim, referir que o texto integra os elementos disponibilizados por várias áreas governativas e organismos dependentes, bem como de outras entidades, nomeadamente da Presidência do Conselho de Ministros, Ministério dos Negócios Estrangeiros, Ministério das Finanças (incluindo Inspeção-Geral das Finanças), Ministério da Justiça, Ministério da Administração Interna, Ministério dos Assuntos Parlamentares, Ministério da Educação, Ministério da Cultura, Ministério da Juventude e Modernização, Mecanismo Nacional Anticorrupção, Entidade para a Transparência, Provedoria de Justiça, Instituto Nacional de Administração, I.P., Centro de Planeamento e Avaliação de Políticas Públicas (PlanAPP) e Estrutura de Missão para os Media #PortugalMediaLab.

European Rule of Law Mechanism: input from Member States

2025 Rule of Law Report

1. Introduction

The annual Rule of Law Report lies at the centre of the Annual Rule of Law Cycle, which acts as a preventive tool, deepening multilateral dialogue and joint awareness of rule of law issues. So far, five editions of the Rule of Law Report have been published since 2020.

As every year, the Commission would like to invite the national contact points to provide contributions to the 2025 Rule of Law Report. On the basis of these contributions, further targeted questions may be shared at a later stage of preparation of the 2025 Rule of Law Report, in particular in the context of country visits, or bilateral contacts, as well as the consultation on the draft country chapters prior to the Report's adoption.

The 2025 Rule of Law Report will continue to deepen the assessment under the existing four pillars, and will also follow-up on the implementation of the recommendations to Member States, that were issued as part of the 2024 Rule of Law Report. In line with the Political Guidelines for the 2024-2029 Commission, the 2025 Report will also include a single market dimension. A parallel reflection has been launched with Member States and business stakeholders with a view to collecting views about the scope of the issues to be covered. A further request for contribution will follow specifically on this

dimension.

Nature of the contribution

The Commission invites contact points to provide contributions which includes:

- (1) information on measures taken to implement the recommendations addressed to the Member State in the 2024 Rule of Law report, as well as developments with regard to the points raised in the respective country chapter and**
- (2) any other significant developments since January 2024 and up to the date of submission falling under the ‘type of information’ outlined in section 2.**

The input should preferably be in English and not exceed 30 pages. Relevant legislation or other documents may be referenced with a link (no need to provide the full text). The contributions will be published on the Commission’s website upon explicit agreement of the Member States. In order to avoid duplication and excessive administrative burden, please include where applicable explicit references to any relevant contribution already provided by your Member State in a different context (including under last Rule of Law Report both as regards the legal framework and its implementation in practice).

Please send us your replies by **24 January 2025** to the following email address: rule-of-law-network@ec.europa.eu. In case you would have any questions or requests for clarifications, please do not hesitate to contact the Commission at the same email address.

2. Type of information to be included:

Under each of the four pillars, the replies should include references to the following types of information:

A) Legislative developments

- Newly adopted legislation
- legislative drafts currently discussed in Parliament
- legislative plans envisaged by the Government

B) Policy developments

- Implementation of legislation
- evaluations, impact assessment, surveys
- white papers/strategies/actions plans/consultation processes
- follow-up to reports/recommendations of Council of Europe bodies or other international organisations
- important administrative measures
- generalised practices

C) Developments related to the judiciary / independent authorities

- important case law by national courts
- important decision/opinions from independent bodies/authorities
- state of play on terms, nominations and expired mandates for high-level positions (e.g. Supreme Court, Constitutional Court, Council for the Judiciary, Prosecutor General, heads of independent authorities included in the scope of the request for input¹)

D) Any other relevant developments

- National authorities are free to add any further information, which they deem relevant; however, this should be short and to the point.

Please also indicate whether the developments reported are linked to the implementation of reforms and investments under the RRP, where applicable. To simplify your answers to the questionnaire, **if there are no developments, you can now simply tick the relevant box**

3. Questions for contribution

Under each pillar, you are invited to provide information on measures taken to implement the recommendations addressed to the Member State in the 2024 Rule of Law report, as well as developments with regard to the points raised in the respective country chapter of the 2024 Rule of Law Report and any other significant developments since January 2024 and up to the date of submission². Please always include a link to and reference relevant legislation/documents (in the national language and/or where available, in English). **Significant developments** can include challenges, positive developments and best practices, covering both legislative developments or implementation and practices.

Information provided in reply to the first question under each pillar, related to the follow-up to the recommendations, does not need to be repeated in subsequent parts of the questionnaire, but can be cross-referenced in the subsequent questions, where relevant. All other questions are not limited to the recommendations, but as in previous years, cover the entire scope of the Report.

¹ Such as: media regulatory authorities and bodies, national human rights institutions, equality bodies, ombudsman institutions, supreme audit institutions and, where they exist, transparency authorities.

² Unless already covered in the input for the previous Rule of Law Reports.

I. Justice System

Please provide information on measures taken to follow-up on the recommendations received in the 2024 Report regarding the justice system (if applicable):

(i) Intensifique os esforços para assegurar os recursos humanos adequados ao sistema judicial, em especial no referente aos funcionários judiciais, e prossiga os esforços para melhorar a sua eficiência, em particular no que se refere aos tribunais administrativos e fiscais.

No último ano prosseguiram os esforços para assegurar o recrutamento de oficiais de justiça e de magistrados, com vista a reforçar os recursos humanos no sistema judicial. No que se refere aos oficiais de justiça, em janeiro de 2023 foi aberto um concurso para o recrutamento de 200 oficiais (concorreram 391 candidatos), tendo tomado posse, em setembro de 2023, 199 oficiais. Destes, encontram-se atualmente em funções 176 profissionais (7 deixaram de exercer funções por ingresso em novo procedimento concursal e 16 solicitaram a denúncia de contrato).

No final de maio de 2024 procedeu-se a um novo recrutamento, com recurso à reserva de recrutamento que resultou do concurso externo atrás referido. Ao abrigo deste recrutamento tomaram posse 5 novos oficiais de justiça.

Mais recentemente, na sequência do aviso de recrutamento para mais 570 oficiais de justiça, aberto em [setembro de 2024](#), foi publicada em [13 de novembro de 2024](#), a lista de classificação final dos candidatos. Do total de 2 029 candidatos, foram validadas e admitidas 1 647 candidaturas, tendo sido aprovados 1 084 candidatos. Em 30 de dezembro de 2024 foi publicada a [lista definitiva do movimento extraordinário de oficiais de justiça](#), que iniciaram funções, na sua maioria, em janeiro de 2025. Assim, desde janeiro de 2023 até ao presente, iniciaram funções 751 novos oficiais de justiça.

Por outro lado, no que respeita à valorização e dignificação da carreira de oficial de justiça, cumpre destacar o seguinte:

- (i) Em junho de 2024, foi alcançado um acordo com o Sindicato dos Funcionários da Justiça, que representa cerca de 90% dos profissionais que exercem funções nas Secretarias Judiciais e no Ministério Público. Este acordo, que versa sobre a melhoria das condições do Suplemento de Recuperação Processual atribuído aos oficiais de justiça, está materializado no [DL n.º 48-C/2024, de 31 de julho](#).
- (ii) Encontram-se em curso os trabalhos de revisão do Estatuto dos Funcionários Judiciais. Para este efeito, estão previstas várias reuniões com as estruturas sindicais, as quais tiveram já início em janeiro.

No que diz respeito ao recrutamento de magistrados, assinala-se que, em dezembro de 2023, foi publicado um aviso de recrutamento de 104 magistrados (52 juízes para os tribunais judiciais e 52 para o Ministério Público) e de 31 magistrados para os tribunais administrativos e fiscais (respetivamente, o 41.º Concurso de ingresso em Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais e o 11.º Concurso de ingresso em Curso de Formação de Juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais). Este processo de recrutamento foi concluído em 2024. Verificando-se que o número de candidatos apurados para frequentar o 11.º Concurso de ingresso em Curso de Formação de Juízes para os Tribunais Administrativos e Fiscais era inferior ao número de vagas (31), foi [autorizado, em julho de 2024, pela Ministra da Justiça](#), a transferência das vagas remanescentes (14) para o 41.º Concurso de ingresso em Curso de Formação de Magistrados para os Tribunais Judiciais, considerando que, neste caso, o número de candidatos apurados era superior às vagas existentes (118 candidatos para 104

vagas).

A formação inicial destes magistrados no Centro de Estudos Judiciários (CEJ) encontra-se atualmente em curso. Em 9 de janeiro de 2024 e em 3 de setembro de 2024, tomaram posse, respetivamente, 38 e 46 magistrados judiciais, após completarem os 38.º e 39.º Cursos de Formação. Em 5 de novembro de 2024, tomaram posse 39 magistrados do Ministério Público, que concluíram os 38.º e o 39.º Cursos de Formação.

Neste âmbito, importa sinalizar a aprovação de um diploma que altera o regime de acesso ao CEJ, que, *inter alia*, alarga a base de recrutamento dos auditores de justiça, valoriza o seu estatuto, e simplifica e racionaliza o processo de recrutamento, reduzindo a complexidade do procedimento seletivo. O projeto de diploma foi aprovado pelo Conselho de Ministros em 17 de outubro de 2024 e submetido ao Parlamento. A Assembleia da República aprovou, em 24 de janeiro de 2025, o texto final da [proposta de lei](#) apresentada pelo Governo e o Presidente da República [promulgou](#) o referido diploma em 29 de janeiro de 2025.

Relativamente à melhoria da eficiência dos tribunais, em particular no que se refere aos tribunais administrativos e fiscais, são de assinalar várias medidas, designadamente, no âmbito da digitalização da justiça. Destaca-se a publicação do [DL n.º 87/2024, de 7 de novembro](#), que, sendo uma concretização do Plano de Recuperação e Resiliência (PRR)³, vem regular a citação e notificação por via eletrónica das pessoas singulares e das pessoas coletivas, determinando, como regra, a sua realização por via eletrónica. Este diploma procede também à harmonização das regras sobre citações e notificações constantes de vários Códigos, designadamente do Código de Processo nos Tribunais Administrativos, sendo que a sua aplicação a processos pendentes nos tribunais administrativos e fiscais produzirá efeitos a partir de 15 de setembro de 2025.

Assinala-se, igualmente, a publicação do [DL n.º 91/2024, de 22 de novembro](#), que, constituindo também uma concretização do PRR⁴, regulamenta as citações e notificações eletrónicas a cidadãos e empresas no âmbito de processos judiciais, cuja entrada em vigor ocorreu em 14 de janeiro de 2025. Este diploma procede à regulamentação das soluções tecnológicas que visam a implementação prática da citação e notificação eletrónicas das pessoas coletivas como regra, bem como da possibilidade de as pessoas singulares aderirem também a esta via de comunicação com o sistema judicial.

Ainda neste domínio, destacam-se as Portarias n.º [117/2024/1](#), de 27 de março, e [215/2024/1](#), de 23 de setembro, que regulamentaram, respetivamente, as comunicações eletrónicas realizadas entre os tribunais e o Ministério Público e os serviços de registo comercial e predial, e as comunicações eletrónicas realizadas entre os tribunais judiciais, os tribunais administrativos e fiscais, o Ministério Público e o Instituto Nacional de Medicina Legal e Ciências Forenses, I. P. (INMLCF), no âmbito dos exames e perícias requisitados aos serviços do INMLCF em processos jurisdicionais.

Por seu lado, a [Portaria n.º 266/2024/1, de 15 de outubro](#), que entrou em vigor em 3 de dezembro de 2024, alarga as regras de tramitação eletrónica constantes da Portaria n.º 280/2013, de 26 de agosto, aos processos e procedimentos que correm termos nos serviços do Ministério Público. A tramitação eletrónica dos processos penais passa, assim, a abranger a fase de inquérito do Ministério Público, permitindo, nomeadamente, que os atos de magistrados e procuradores sejam praticados no sistema informático de suporte à atividade dos tribunais, e que as notificações eletrónicas entre mandatários

³ Projeto C18.3, alínea g) do [Anexo revisto da decisão de Execução do Conselho relativa à aprovação da avaliação do PRR de Portugal](#)

⁴ *Idem*

passem a ser feitas diretamente através do CITIUS (aplicação de gestão processual nos tribunais judiciais). Este novo passo no reforço da digitalização da justiça proporcionará ganhos de eficiência, com a libertação de recursos humanos que serão realocados a outras tarefas relevantes. Acresce que, a partir de abril de 2025, a tramitação eletrónica passará, também, a aplicar-se às comunicações com advogados e órgãos de polícia criminal, ficando, assim, concretizado o objetivo de alargar a tramitação eletrónica a todas as instâncias e fases processuais, projeto que foi submetido ao PRR.

Paralelamente, a implementação da tramitação digital integral dos processos judiciais continua em curso, tendo sido, neste âmbito, criado, em março de 2024, através do [Despacho n.º 3012/2024](#), o «Grupo de Trabalho da Interface para as Secretarias dos Tribunais», com a missão de conceber, desenvolver e acompanhar a implementação da Interface das secretarias dos tribunais e garantir a sua integração no ecossistema do [eTribunal](#) (plataforma através da qual advogados e solicitadores, na qualidade de mandatários, podem aceder às jurisdições comum, administrativa e fiscal através de um ponto único de contacto). O mandato deste grupo prevê um conjunto de tarefas escalonadas no tempo, cuja conclusão está prevista para novembro de 2026. De registar, por fim, que a Lei das Grandes Opções para 2024-2028⁵ - [Lei n.º 45-B/2024, de 31 de dezembro](#) - prevê, no campo relativo à justiça, a concretização da reforma da justiça nas diversas dimensões, nomeadamente, a implementação da reforma da jurisdição administrativa e fiscal.

A. Independence

☒ No developments

☐ If there have been developments related to the independence of justice, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Appointment and selection of judges⁶, prosecutors and court presidents (incl. judicial review)*
- *Irremovability of judges; including transfers (incl. as part of judicial map reform), dismissal and retirement regime of judges, court presidents and prosecutors (incl. judicial review)*
- *Promotion of judges and prosecutors (incl. judicial review)*
- *Allocation of cases in courts*
- *Independence (including composition and nomination and dismissal of its members), and powers of the body tasked with safeguarding the independence of the judiciary (e.g. Council for the Judiciary)*
- *Accountability of judges and prosecutors, including disciplinary regime and bodies and ethical rules, judicial immunity and criminal/civil (where applicable) liability of judges (incl. judicial review)*
- *Independence/autonomy of the prosecution service*
- *Independence of the Bar (chamber/association of lawyers) and of lawyers*
- *Significant developments capable of affecting the perception that the general public has of the independence of the judiciary*

⁵Consultar o seguinte [link](#).

⁶ The reference to 'judges' concerns judges at all level and types of courts as well as judges at constitutional courts.

B. Quality of justice⁷

☐ No developments

☒ If there have been developments related to the quality of justice, please specify which, regarding in particular topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Accessibility of courts (e.g. court/legal fees, legal aid, language)*
- *Resources of the judiciary (human/financial/material⁸), remuneration/bonuses/rewards for judges and prosecutors, including observed changes (significant and targeted increase or decrease over the past year),*
- *Training of justice professionals (including judges, prosecutors, lawyers, court staff, clerks/trainees)*
- *Digitalisation (e.g. use of digital technology, including electronic communication and AI tools, within the justice system and with court users, procedural rules, access to judgments online)⁹*

[Consultar a resposta sobre a implementação da recomendação supra].

Relativamente à publicação online das decisões judiciais, nos termos do artigo 288.º da [Lei do Orçamento de Estado para 2025](#), o Governo, durante o ano de 2025 e em cumprimento do disposto na [Agenda Anticorrupção](#), concluirá as diligências necessárias para assegurar a publicação, de forma anonimizada, de todos os acórdãos e sentenças proferidas pelos tribunais de primeira instância, e a criação de uma única base de dados de jurisprudência anonimizada, dotada de ferramentas avançadas de pesquisa, através da qual serão colocados à disposição do público todos os acórdãos e sentenças proferidas pelos tribunais.

- *Use of assessment tools and standards (e.g. ICT systems, including AI-based systems, for case management, court statistics and their transparency, monitoring, evaluation, surveys among court users or legal professionals)*
- *Geographical distribution and number of courts/jurisdictions (“judicial map”) and their specialisation, in particular specific courts or chambers within courts to deal with fraud and corruption cases.*

C. Efficiency of the justice system¹⁰:

☐ No developments

☒ If there have been developments related to efforts to improve the efficiency of the justice system (e.g. as regards length of proceedings), please specify: ...

[Consultar a resposta sobre a implementação da recomendação supra.]

⁷ Under this topic, Member States are not required to give statistical information but should provide input on the type of information outlined under section 2.

⁸ Material resources refer e.g. to court buildings and other facilities. Financial resources include salaries of staff in courts and prosecution offices.

⁹ Factual information presented in Commission Staff Working Document of 2 December 2020, SWD (2020) 540 final, accompanying the Communication on Digitalisation of justice in the European Union, COM(2020) 710 final and Figures 40 to 48 of the 2024 EU Justice Scoreboard, does not need to be repeated.

¹⁰ Under this topic, Member States are not required to give statistical information but should provide input on the type of information outlined under section 2.

A duração média dos processos findos nos tribunais judiciais de primeira instância, excluindo as ações executivas, no período entre janeiro e setembro de 2024, foi de nove meses.¹¹

Other – please specify

II. Anti-corruption framework¹²

Please provide information on measures taken to follow-up on the recommendations received in the 2024 Report regarding the anti-corruption framework (if applicable):

(ii) Tome medidas para garantir a adequação da legislação processual penal e melhorar a eficácia no tratamento dos processos penais mais complexos.

Em 20 de junho de 2024, o XXIV Governo Constitucional publicou a [Agenda Anticorrupção](#), posteriormente complementada pelo respetivo [Relatório Técnico](#), publicado em 2 de julho de 2024. Destacam-se as medidas a que se referem ambos os documentos, cuja concretização se encontra em curso, e que respondem a esta recomendação:

- (i) Alargar a proteção de denunciantes, fomentando a utilização de um instrumento que poderá permitir a obtenção de mais informação para os processos, nomeadamente (i) avaliando a eficácia da atual legislação de proteção de denunciantes e de testemunhas; (ii) transpondo a diretiva SLAPP (*Strategic Lawsuits Against Public Participation*);
- (ii) Assegurar maior filtragem das denúncias, separando a corrupção de outros ilícitos ou factos de outra ordem, por vezes até irrelevantes e sem matéria sancionatória, e com recurso a meios informáticos;
- (iii) Reduzir a amplitude da fase de instrução em processo penal, limitando a utilização de expedientes dilatórios e procurando que a fase de instrução seja mais ágil e rápida e focada numa apreciação sumária do processo;
- (iv) Avaliar os poderes dos juízes para evitar expedientes manifestamente dilatórios e considerar a possibilidade de alterações legais para reforçar os poderes de condução e apreciação do juiz no processo penal;
- (v) Rever o regime dos recursos quanto aos efeitos e ao momento da subida ao tribunal superior, de forma a obstar à utilização do direito ao recurso com intenção meramente dilatória;
- (vi) Alargar os mecanismos de colaboração premiada no âmbito do processo penal, tanto em termos de fases processuais como da tipologia de crimes que admitem colaboração premiada;
- (vii) Flexibilizar e alargar o acesso dos tribunais e do Ministério Público a assessoria técnica especializada, aumentando a capacidade dos tribunais para analisarem processos especialmente complexos. Neste âmbito, importa aprofundar as iniciativas que já existem nesse

¹¹ A última atualização destes dados ocorreu a 31 de janeiro de 2025. Os dados estatísticos foram recolhidos a partir do sistema informático dos tribunais, refletindo a situação dos processos aí registados. A duração média considera o período entre a data de entrada do processo e a data da decisão final, seja esta um acórdão, sentença ou despacho, independentemente do trânsito em julgado.

¹² Where previous specific reports, published in the framework of the review under the UN Convention against Corruption, of GRECO, and of the OECD address the issues below, please make a reference to the points you wish to bring to the Commission's attention in these documents, indicating any relevant updates, changes or measures introduced that have occurred since these documents were published.

sentido¹³, estendendo-as a tribunais ainda não abrangidos, na medida do que se revelar necessário, e ponderar a possibilidade de recorrer a essa forma de assessoria durante a realização da própria audiência. Poderá, igualmente, ser equacionada a alocação de oficiais de justiça especializados a determinados processos;

- (viii) Mecanismos digitais de troca de informação entre autoridades judiciais, órgãos de polícia criminal e outras entidades públicas, procedendo a uma articulação digital mais estreita para obtenção de informação dentro do Estado;
- (ix) Atualizar o regime legal dos meios de obtenção de prova em ambiente digital, proporcionando novas capacidades de recolha de “provas digitais” e harmonizando os seus requisitos. O Código de Processo Penal e a Lei do Cibercrime podem ser revistos no sentido da adequação dos seus regimes às novas realidades, nomeadamente quanto a buscas e apreensões, sendo também necessária uma reflexão alargada sobre os meios ocultos de investigação e os acessos a bases de dados;
- (x) Facilitar o tratamento de prova através do uso de meios digitais reforçados para os órgãos de polícia criminal, MP e tribunais, tendo como objetivo, nomeadamente, evitar apreensões de equipamentos por tempo prolongado, agilizar a obtenção de informação junto de entidades públicas relevantes através da interoperabilidade entre os sistemas de informação da investigação e das entidades detentoras da informação relevante, a generalização do uso de ferramentas de indexação e análise de prova, bem como de extração de prova digital. A este desígnio, associa-se a modernização dos equipamentos de captação de voz e de videoconferência que o Ministério da Justiça está a realizar em quase 1500 salas de audiência;
- (xi) Tramitação eletrónica do inquérito no processo penal, conferindo maior eficiência na fase de inquérito [*Consultar supra, a este respeito, a resposta à recomendação 1*];
- (xii) Atualizar o programa de formação para magistrados, funcionários judiciais e órgãos de polícia criminal, proporcionando uma aplicação mais eficiente dos recentes quadros normativos do combate à corrupção;
- (xiii) Publicitar o acervo de decisões judiciais em matéria de corrupção, conferindo maior informação pública sobre o funcionamento da justiça.

Importa, também, salientar que os compromissos assumidos no quadro da Agenda Anticorrupção, em implementação, se encontram sob escrutínio parlamentar. A [Resolução da Assembleia da República n.º 72-A/2024](#), de 4 de outubro, determinou a constituição de uma Comissão Eventual para o acompanhamento integrado da execução e monitorização da Agenda Anticorrupção, que funcionará até ao final da presente legislatura.

Paralelamente, destacam-se dois importantes instrumentos normativos, recentemente, aprovados que estabelecem objetivos importantes e concretos nesta matéria:

- (i) A [Lei das Grandes Opções para 2024-2028](#), que prevê a alteração da legislação processual penal no sentido de combater a formação dos chamados mega processos, bem como a reforma das regras e dos mecanismos relacionados com o combate à corrupção, através de uma aposta na

¹³ Nomeadamente, gabinetes de apoio aos magistrados judiciais e do MP, no âmbito de cada comarca (Decreto-Lei n.º 49/2014, de 27 de março) e os GATEP (Grupo de Apoio à Tramitação Eletrónica de Processos) e ALTEC (Apoio Logístico à Tramitação de Elevada Complexidade), que prestam auxílio aos magistrados judiciais.

transformação digital da justiça, recorrendo a novas tecnologias que permitam o aumento da transparência e a redução da burocracia;

- (ii) A [Lei do Orçamento de Estado para 2025](#) (e o respetivo [Relatório](#)), cujo artigo 286.º prevê que, durante o ano de 2025, no âmbito da execução da Agenda Anticorrupção, o Governo adotará as iniciativas necessárias à otimização da capacidade e ao reforço da cooperação entre as inspeções administrativas setoriais e os órgãos de polícia criminal especializados na prevenção e repressão da fraude lesiva dos interesses financeiros do Estado, da corrupção e da criminalidade económico-financeira¹⁴.

No âmbito desta recomendação, importa ainda registar medidas importantes no quadro da atuação judiciária. Em 7 de janeiro de 2025, o Conselho Superior da Magistratura (CSM) emitiu um comunicado sobre as conclusões apresentadas pelo [grupo de trabalho criado para compreender os megaprocessos e propor soluções](#) "Megaprocessos e processo penal: carta para a celeridade e melhor justiça". Das [conclusões apresentadas](#), destacam-se:

- (i) A indicação dos fatores que contribuem para a morosidade e a formação dos megaprocessos;
- (ii) A referência a alterações legislativas ao Código de Processo Penal, respeitantes à fase de instrução e de julgamento, para acelerar a tramitação e assegurar decisões mais expeditas;
- (iii) A identificação de recursos necessários, como ferramentas tecnológicas, plataformas digitais e equipas de assessoria especializadas.

Estas conclusões encontram-se em linha com o já referido acima, nomeadamente, com a prioridade conferida ao tema na Lei das Grandes Opções para 2024-2028 e no [programa do XXIV Governo Constitucional](#).

[Sobre o reforço de meios humanos e materiais que permitem responder a esta recomendação consultar também os elementos de resposta às recomendações anteriores e seguintes].

(iii) Prossiga os esforços envidados para assegurar recursos suficientes para a prevenção, investigação e ação penal no domínio da corrupção, incluindo para o novo Mecanismo Anticorrupção

O mais recente [relatório](#) apresentado por Portugal junto do *Working Group on Bribery* (WGB) da OCDE, para o qual se remete, integra um conjunto de referências com impacto nesta recomendação, nomeadamente, a propósito do reforço dos meios humanos e materiais, matérias de formação e especialização, entre outros aspetos – *vide*, nomeadamente, os elementos carreados por Portugal a propósito das recomendações 11.a a 11.d e 17.a e 17.k do referido relatório.

Adicionalmente, a Agenda Anticorrupção e o Relatório Técnico elencam um quadro de medidas cuja concretização se encontra em curso, e que respondem também a esta recomendação. Destaca-se a reestruturação do Mecanismo Nacional Anticorrupção (MENAC), com o objetivo de promover a sua

¹⁴ Designadamente através de medidas como: a criação de centros de competência e redes de conhecimento, integrando peritos e especialistas do sistema de controlo interno da administração financeira do Estado, da ASAE, do Núcleo de Assessoria Técnica (NAT) da PGR e da Unidade de Perícia Financeira e Contabilística (UPFC), da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) e da Unidade Nacional de Combate ao Cibercrime e à Criminalidade Tecnológica (UNC3T) da PJ; o reforço de meios humanos, para o combate à corrupção, fraude e criminalidade económico-financeira, afetos, designadamente, ao NAT da PGR, e à UPFC, à UNCC e à UNC3T da Polícia Judiciária; e o reforço da formação de magistrados e demais intervenientes na investigação criminal no domínio da prevenção e repressão da corrupção, da fraude e da criminalidade económico-financeira.

operacionalidade plena e que deverá entrar em breve em circuito legislativo. As medidas previstas quanto a este organismo visam, nomeadamente:

A redefinição da estrutura interna e do modelo de governação;

- (i) A superação de dificuldades recrutamento;
- (ii) Consagrar expressamente a obrigatoriedade de comunicação ao MENAC de decisões judiciais em matéria de corrupção, incluindo sentenças;
- (iii) A apresentação e discussão do relatório do MENAC no Parlamento.

Refira-se, ainda, o Projeto PRR 94 - Desenvolvimento do Sistema de Informação de Monitorização da Estratégia Nacional de Combate à Corrupção, sob a alçada do MENAC. Esta plataforma permite um controlo mais eficaz e abrangente dos elementos obrigatórios previstos na legislação anticorrupção, como sejam os planos de prevenção de riscos de corrupção, garantindo maior transparência e integridade na administração e no setor privado [*Consultar desenvolvimentos recentes sobre a plataforma infra*).

A Agenda Anticorrupção prevê, também, a criação de um novo paradigma de Perda Alargada de Bens a favor do Estado, com vista a combater o enriquecimento ilícito, fazendo reverter a favor do Estado bens e proventos económicos da corrupção. Neste domínio, o [Despacho n.º 10989/2024, de 19 de setembro](#) criou um grupo de trabalho para elaboração de um anteprojeto de diploma de revisão da legislação penal e processual penal em matéria de perda de vantagens de atividade criminosa.

A Agenda inclui, igualmente, o reforço de meios das Inspeções-Gerais e da sua articulação com os órgãos de polícia criminal e o MP, proporcionando maior vigilância na execução de políticas públicas e no uso de recursos do Estado, bem como o direcionamento de esforços para reforçar a prevenção no âmbito das autarquias locais. Com efeito, os números elevados de denúncias nesta área expõem necessidades de acompanhamento e controlo dos respetivos órgãos, nomeadamente a nível da estrutura e funcionamento dos serviços, gestão dos recursos humanos, ordenamento do território, urbanização e edificação, obras públicas, fornecimentos, concessões e setor empresarial local.

(iv) Assegure o acompanhamento e verificação eficazes das declarações de património por parte da Entidade para a Transparência

Em 7 de março de 2024, entrou em funcionamento a Plataforma Eletrónica da Entidade para a Transparência (EpT), passando esta entidade independente a reunir todas as condições para desenvolver as necessárias ações de verificação e análise das declarações únicas, efetivando, assim, a sua principal missão. As declarações únicas de rendimentos, património, interesses, incompatibilidades e impedimentos dos titulares de cargos políticos passaram, desta forma, a ser apresentadas através da Plataforma Eletrónica¹⁵.

A entrada em funcionamento da Plataforma Eletrónica permitiu que os titulares de cargos políticos, nomeadamente, deputados à Assembleia da República, membros do Governo e chefes de gabinete dos membros do Governo, que cessaram ou que iniciaram funções na sequência das eleições legislativas de 10 de março, assim como os deputados ao Parlamento Europeu que cessaram ou iniciaram funções na sequência das eleições para o Parlamento Europeu, de 9 de junho, cumprissem já as suas obrigações declarativas, decorrentes da [Lei n.º 52/2019, de 31 de julho](#).

¹⁵ Salvaguardando a situação prevista no Artigo 23.º - Aplicação aos membros dos órgãos de governo próprio das Regiões Autónomas, da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, que aprova o regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos.

Desde a sua entrada em funcionamento e até 27 de dezembro de 2024¹⁶, foram apresentadas, através da Plataforma Eletrónica, 2.167 declarações únicas. Foram também apresentados (eletronicamente), ao abrigo do artigo 17.º da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, (i) 298 pedidos de consulta aos elementos constantes das declarações, dos quais, após apreciação pela EpT, 269 foram deferidos e 4 foram indeferidos; e (ii) 21 pedidos de oposição do titular do cargo ao acesso parcelar ou integral aos elementos constantes da declaração (n.º 8 do artigo 17.º), dos quais, após apreciação pela EpT, 4 foram deferidos, 2 deferidos parcialmente, 8 indeferidos e 6 foram concluídos por outras causas de extinção do procedimento.

Através da Plataforma Eletrónica, a EpT tem vindo a realizar ações de verificação a todas as declarações únicas apresentadas. Tendo por referência dados disponibilizados publicamente, em 17 de dezembro de 2024¹⁷ foi concluída a verificação de 552 declarações únicas e encontravam-se em verificação 160 declarações únicas.

As ações desenvolvidas pela EpT durante 2024 permitiram, ainda, detetar algumas situações de incumprimento atinentes à entrega das declarações únicas, tendo emitido 158 notificações aos titulares em causa, os quais, na sua esmagadora maioria, apresentaram a referida declaração. Verificando-se a prática de infração pelo incumprimento da apresentação das declarações únicas, a Entidade para a Transparência efetuou duas comunicações ao MP.

De acordo com a Lei n.º 52/2019, de 31 de julho, as declarações únicas são, quanto à sua existência e conteúdo essencial, publicamente acessíveis, ficando o acesso a determinada informação dependente de pedido de acesso por terceiros, para salvaguardar a privacidade dos declarantes (constitucionalmente protegida). A Plataforma Eletrónica está [publicamente acessível](#), permitindo, assim, o acesso público a determinadas informações das declarações únicas.

Merecem, também, referência as ações promovidas pela EpT no plano da sensibilização, nomeadamente, a realização de contactos institucionais com entidades cujos titulares estão sujeitos às obrigações declarativas. Na mesma linha, foi promovida uma ação dirigida ao poder local, através do envio de mensagem de correio eletrónico aos 308 municípios, alertando para a obrigação de os titulares que neles exerceram funções de apresentarem uma declaração final, após três anos a contar da cessação das respetivas funções.

Conforme resulta dos dados apresentados, no que concerne, em especial, à verificação das declarações únicas, considera-se que a atividade da EdT permitiu alcançar resultados que demonstram um significativo nível de eficácia. Neste sentido, consideramos que a Recomendação dirigida a Portugal para que “Assegure o acompanhamento e verificação eficazes das declarações de património por parte da Entidade para a Transparência [...]” está implementada.

Ainda quanto a esta Entidade, importa destacar o reforço dos seus recursos humanos, que passaram para dez, tendo sido abertos, em outubro de 2024, procedimentos para o recrutamento, através de mobilidade, de mais três técnicos superiores (dois juristas e um técnico superior da área de auditoria). É também expectável a expansão das suas instalações, em 2025, na sequência da conclusão das obras de remodelação (Fase 2) de parte do edifício que lhe será disponibilizado, o que permitirá recrutar mais recursos humanos, em especial na área do direito e da auditoria. Este reforço de capacidade permitirá

¹⁶ Conforme [dados estatísticos divulgados](#) no site da Entidade para a Transparência.

¹⁷ [Audição](#) da Entidade para a Transparência pela Comissão Eventual para o Acompanhamento Integrado da Execução e Monitorização da Agenda Anticorrupção da Assembleia da República, em 17/12/2024.

a obtenção de maior eficácia na realização das várias ações, incluindo as ações de verificação das declarações únicas.

Tendo em conta a operacionalização da EpT e os meios ao seu dispor, a Agenda Anticorrupção e o Relatório Técnico referem a importância de uma avaliação do seu funcionamento, nomeadamente, quanto à necessidade de clarificação ou reforço do quadro legal. No entanto, no contexto atual, prevê-se já a possibilidade de introdução de melhorias para a agilização, eficácia e maior operacionalidade da sua atividade, permitindo maior fiscalização dos factos subjacentes aos tipos de crime de desobediência qualificada e ocultação intencional de património (artigo 18.º-A da Lei n.º 52/2019, de 31 de julho) – o que constituirá um passo adicional na dissuasão e combate ao enriquecimento ilícito, reforçando, simultaneamente, os sistemas preventivo e repressivo da corrupção. Assim, importará:

- (i) Avaliar o funcionamento da plataforma eletrónica e aumentar o potencial, a fiabilidade e a eficácia da sua operacionalidade, seja através do reforço dos mecanismos de interação com os utentes/declarantes, seja através de uma interligação com a Autoridade Tributária (ainda que mediante consentimento prévio do declarante) e com as bases de dados dos Registos, criando mecanismos de interoperabilidade;
- (ii) Promover a cooperação com o MP e outras entidades de controlo.

A. *The institutional framework capacity to fight against corruption (prevention and investigation / prosecution)*

☐ No developments

☒ If there have been developments related to the institutional framework capacity to fight corruption, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- List any **changes** as regards relevant authorities (e.g. national agencies, bodies) in charge of prevention, detection, investigation and prosecution of corruption and the resources allocated to each of these authorities (the human, financial, legal, and technical resources as relevant), including the cooperation among domestic and with foreign authorities. Indicate any relevant measures taken to effectively and timely cooperate with OLAF and EPPO.

Na que concerne aos recursos para a prevenção, investigação e acusação de casos relacionados com corrupção, importa notar o investimento que vem sendo feito nos recursos humanos da Polícia Judiciária, com a entrada, no período de 2022 a 2026, de 1.100 novos inspetores, reforçando as carreiras de investigação criminal, polícia científica e segurança. Também o Departamento Central de Investigação e Ação Penal (DCIAP) tem vindo a receber reforços de meios para trabalhar em matérias relacionadas com o combate à corrupção. Está também previsto o reforço de 30 novos inspetores, em 2025, e de mais 15 novos inspetores, em 2026, para a Inspeção Geral de Finanças (IGF) e para a Inspeção-Geral da Agricultura, do Mar, do Ambiente e do Ordenamento do Território (IGAMAOT), para os fins específicos de prevenção e combate à corrupção na área das autarquias locais.

Como já referido, a reestruturação prevista para o MENAC terá, como um dos seus principais objetivos, dotar esta entidade dos meios humanos adequados ao cumprimento da sua missão, em particular no que concerne à *Inspeção-Geral de Finanças* (IGF)¹⁸. O quadro seguinte apresenta o número de recursos

¹⁸Inclui informação relativa à Inspeção Regional das Finanças da Madeira e à Inspeção Administrativa Regional dos Açores. A

humanos efetivos da IGF, à data de 31 de outubro de 2024, e a proposta para 2025, constante do Mapa de Pessoal aprovado pelo Ministro de Estado e das Finanças em 5 de agosto de 2024:

Mapa de Recursos Humanos (31 de outubro de 2024 e 2025)

COD	Cargo/Categoria	RH efetivos em 31/10/2024	RH propostos para 2025	Variação
DS	Dirigentes - Direção superior	5	5	0
DI	Dirigentes - Direção intermédia	10	13	3
CdE	Chefes de Equipa	29	33	4
IF	Inspetores/as	110*	143	33
TS	Técnicos/as Superiores	12	20	8
ETSTI	Especialista de sistemas e tecnologias de informação	0	3	3
TSTI	Técnico de sistemas e tecnologias de informação	2	4	2
CT	Coordenadora Técnica	1	1	0
AT	Assistentes Técnicos/as	7	14	7
AO	Assistentes Operacionais	3	4	1
Total		179	240	61

Fonte: IGF/GeRHuP e Mapa de pessoal aprovado para 2025.

* Dos quais, 22 encontram-se em período experimental.

Os 240 postos de trabalho propostos no Mapa de Pessoal para 2025 têm em consideração o aumento das atribuições da IGF, no plano nacional e da UE, bem como a necessidade de recrutamento face à idade média dos/as trabalhadores/as (50 anos) e ao tempo médio para a formação de inspetores/as (3 a 5 anos). Os limites de despesa fixados na proposta de orçamento permitiram orçamentar 219 postos de trabalho, pelo que a continuação do processo de reforço da capacidade institucional da IGF, com a integração de novos/as trabalhadores/as, será efetuada essencialmente mediante o recurso às reservas de recrutamento dos procedimentos concursais desenvolvidos em 2024 e a procedimentos concursais e de mobilidade a desenvolver em 2025.

No que diz respeito aos recursos financeiros da IGF, o quadro seguinte apresenta o valor do orçamento à data de 31 de outubro de 2024, bem como a proposta para 2025, representando uma evolução positiva de 7% relativamente a 2024:

Mapa de Recursos Humanos (31/10/2024 e 2025) em M€		
2024	2025	Δ 2024/2025
11 485 581	12 283 856	7,0%

- *Safeguards for the functional independence of the authorities tasked with the prevention and detection of corruption.*
- *Information on the implementation of measures foreseen in the strategic anti-corruption*

primeira atua no domínio da administração financeira regional autónoma da Madeira, no respetivo território insular e depende do Secretário-Geral das Finanças da Região Autónoma da Madeira (com 15 inspetores, 2 administrativos e 2 dirigentes, incluindo o Inspetor Regional de Finanças). A segunda intervém no domínio da administração financeira regional dos Açores, no respetivo território insular, realçando-se que a matéria relativa à prevenção da corrupção transitou para a dependência da Presidência do Governo, conforme estabelecido na alínea h) do n.º 7 do artigo 5.º da Orgânica do XIV Governo Regional dos Açores, aprovada pelo Decreto Regulamentar Regional n.º 3/2024/A, de 11 de abril.

framework (if applicable). If available, please provide relevant objectives and indicators.

[Consultar também os elementos de resposta à recomendação supra].

No tocante à implementação das medidas previstas na [Estratégia Nacional Anticorrupção](#) e na Agenda Anticorrupção, importa destacar as normas constantes da [Lei do Orçamento de Estado para 2025](#) (em particular, os artigos 285.º e 286.º):

- (i) Estabelece-se que, em 2025, o Governo aprovará um novo ciclo da Estratégia Nacional Anticorrupção, dotando-a de um plano de ação específico para assegurar a sua implementação e monitorização, nomeadamente, através do elenco de objetivos e medidas específicas; da descrição do papel das entidades responsáveis pela execução de métricas; da definição de um calendário e prazos de execução; e da publicação de indicadores de concretização.
- (ii) Devem ser publicados relatórios anuais de monitorização da implementação do plano de ação, a remeter à Assembleia da República.
- (iii) Até 30 de novembro de 2025, o Governo assegurará a divulgação pública de um relatório de monitorização da execução da Agenda Anticorrupção.

Por outro lado, o MENAC tem vindo a desenvolver a uma ação importante para garantir a efetividade do Regime Geral de Prevenção da Corrupção (RGPC), realizando iniciativas para promover a divulgação do RGPC junto do setor público e do setor privado. Também no domínio da educação tem promovido ações de promoção da cultura de integridade e de transparência. A este respeito, no último ano registaram-se desenvolvimentos importantes, que cumpre assinalar:

- (i) A [Recomendação n.º 1/2024, de 26 de fevereiro](#), do MENAC ao Governo para adotar instrumentos de prevenção dos riscos de corrupção e infrações conexas;
- (ii) A aprovação do Código de Conduta do XXIV Governo Constitucional ([RCM n.º 64/2024, de 24 de abril](#));
- (iii) A implementação do [Canal de Denúncias](#) do MENAC, através do qual podem ser denunciadas, com segurança e garantia de anonimato, infrações e atos de corrupção ou infrações conexas, nos termos previstos no Regime Geral de Proteção de Denunciantes de Infrações (RGPD I), aprovado pela [Lei n.º 93/2021, de 20 de dezembro](#), bem como no RGPC, aprovado pelo [Decreto-Lei n.º 109-E/2021, de 9 de dezembro](#).
- (iv) A entrada em funcionamento, em novembro de 2024, da [plataforma eletrónica](#) (*vide referência supra*) para a receção, tratamento automático e armazenamento de instrumentos relativos aos programas de cumprimento normativo. A denominada Plataforma RGPC (Plataforma do Regime Geral de Prevenção da Corrupção) permite a submissão dos planos de prevenção da corrupção, do Código de Conduta do Governo, dos relatórios de execução e outros documentos essenciais ao cumprimento do RGPC. Esta ferramenta digital contribui para garantir a transparência e as boas práticas de governança, assegurando a conformidade com o quadro normativo vigente, e contribuindo ativamente para a prevenção da corrupção em Portugal, tornando mais eficiente a fiscalização de irregularidades. Ainda quanto à Plataforma RGPC, é de assinalar que, com o objetivo de acelerar e automatizar o processo de análise das submissões realizadas pelas entidades abrangidas pelo RGPC, vai ser integrada na Plataforma uma Componente de Inteligência Artificial. Esta inovação tecnológica, um investimento orçado em 95 mil euros e financiado pelo PRR, representa um passo crucial para a modernização tecnológica do MENAC, promovendo uma atuação mais autónoma e eficiente no cumprimento da sua missão,

- permitindo automatizar a triagem dos documentos a submeter na Plataforma, identificando inconformidades e ordenando as submissões, dando prioridade às mais críticas;
- (v) O MENAC e a Associação Nacional de Municípios Portugueses (ANMP) assinaram, em 17 de dezembro de 2024, um [protocolo](#) de colaboração com vista à implementação de medidas que fomentem a transparência, a integridade e a prevenção da corrupção e de infrações conexas. O referido protocolo permitirá enquadrar o contributo destas duas entidades para a efetividade do RGPC e do respetivo cumprimento normativo, através do desenvolvimento de iniciativas conjuntas de formação e capacitação, divulgação de boas práticas, acesso à Plataforma RGPC por parte dos municípios portugueses, entre outras atividades;
 - (vi) O MENAC é, ainda, parceiro da All4Integrity na organização do programa ‘[RedEscolas Anticorrupção](#)’, um programa de literacia anticorrupção aberto a qualquer estabelecimento de ensino – escolas públicas, privadas, regulares e profissionais – em território português e/ou estrangeiro. Sobre este tema, destacam-se a [Recomendação n.º 8/2024](#) ao Governo relativa a iniciativas educativas na área da integridade, transparência e combate à corrupção e o [Plano de Formação para a integridade, a transparência e a prevenção da corrupção 2024-2025](#), que prioriza a educação nas escolas e intensifica o programa de formação de professores;
 - (vii) Desde outubro de 2024, o MENAC participa nos trabalhos desenvolvidos pela Plataforma Nacional contra a Manipulação de Competições Desportivas, organismo que funciona junto da Unidade Nacional de Combate à Corrupção (UNCC) da Polícia Judiciária, integrando peritos de diversas entidades. Compete a esta Plataforma, entre outras atribuições, coordenar a luta contra a manipulação de competições desportivas, funcionar como um centro de informação, recolhendo e transmitindo informação relevante sobre manipulação de competições desportivas, e receber, centralizar e analisar informações sobre apostas desportivas irregulares e suspeitas em competições desportivas realizadas em Portugal;
 - (viii) Em dezembro de 2024, no âmbito das comemorações do Mês de Combate à Corrupção, o MENAC participou e/ou organizou [diversos eventos](#), destacando-se o [Fórum](#) sobre Inovação na Promoção da Integridade e da Transparência, na Fundação Calouste Gulbenkian, no dia 2 de dezembro; a [mesa-redonda](#) sobre Corrupção no Desporto, organizada conjuntamente com o Comité Olímpico de Portugal (COP), no dia 18 de dezembro; e a Conferência do MENAC com a Ordem dos Advogados sobre “[Corrupção e \(in\)Segurança – o impacto da corrupção na segurança interna](#)”, no dia 19 de dezembro;
 - (ix) O MENAC participou, também, na [conceção](#) de um conjunto de guias de apoio à implementação do RGPC, a publicar pela Plataforma Portuguesa para a Integridade, sobre os seguintes temas: i) Plano de Prevenção da Corrupção; ii) Código de Ética e Conduta; e iii) Canal de Denúncias, em colaboração com a UN Global Compact Network e a Associação Portuguesa de Ética Empresarial (APEE) dirigidos a entidades privadas.

B. Prevention

☐ No developments

☒ If there have been developments related to the prevention of corruption, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Measures to enhance integrity in the public sector (including as regards incompatibility rules, revolving doors, codes of conduct, ethics).*

Em janeiro de 2024 foi alterado o [regime do exercício de funções por titulares de cargos políticos e altos cargos públicos](#), tendo em vista o combate às «portas giratórias» entre os titulares cargos políticos e altos cargos públicos e os grupos económicos, reforçando o regime de impedimento do exercício de cargos em empresas privadas por parte de titulares de cargos políticos executivos e o respetivo regime sancionatório.

A aprovação do Código de Conduta do XXIV Governo Constitucional traduz, por seu lado, um forte compromisso do Governo com a promoção da integridade. Prevê-se, nomeadamente, a possibilidade de demissão de membros do Governo por violação grave do Código de Conduta, o compromisso de adoção de um Plano de Prevenção de Riscos do Governo, e a criação de um canal de denúncias comum a todo o Governo. A aprovação pela Assembleia da República de medidas relativas ao combate à corrupção, transparência, representação de interesses particulares e regulação de contactos (previstas na Agenda Anticorrupção) contribuirá, também, para a melhoria contínua deste instrumento.

Em matéria de Códigos de Conduta importa, igualmente, realçar os avanços operados no quadro do Conselho Superior da Magistratura (CSM). O [Código de Conduta dos Juizes dos Tribunais Judiciais](#) (CC) aprovado por deliberação unânime do CSM de 16 de abril de 2024, publicada no Diário da República n.º 87/2024, Série II, de 6 de maio, entrou em vigor a 7 de maio de 2024. O CC é um instrumento orientador que visa estabelecer um compromisso de conduta dos juizes dos Tribunais Judiciais, tanto no exercício das suas funções como nos atos da sua vida privada com repercussão no desempenho funcional e na dignidade do seu cargo. Por deliberação do Plenário Ordinário do CSM, de 15 de outubro de 2024, foram homologados os resultados apurados por votação entre os magistrados judiciais e designados 3 membros do Conselho de Ética (alíneas a), b) e c) do n.º 1 do artigo 7.º do CC). E por deliberação de 19 de novembro de 2024 foram indicados os restantes dois membros, como personalidades de reconhecido mérito (alínea d) do n.º 1 do artigo 7.º do CC). O Conselho de Ética tem como funções principais emitir pareceres sobre a compatibilidade de comportamentos com o CC e formular recomendações relacionadas com a sua aplicação ou atualização, assegurando a confiança e o rigor no desempenho das funções judiciais. A [primeira reunião do Conselho de Ética](#) teve lugar no dia 17 de dezembro de 2024.

Por seu lado, a IGF prosseguiu, igualmente, várias ações de controlo no âmbito do RGPC e do RGPDI, em concretização do respetivo Plano de Atividades. Neste, determina-se expressamente que as prioridades estratégicas tiveram, também, em conta o Programa de Cumprimento Normativo (PCN) da IGF, que visa a criação de um sistema de prevenção da corrupção eficaz, em cumprimento do disposto no RGPC.

Entre as ações realizadas pela IGF em 2024, destaca-se, na área de controlo financeiro público, uma ação de monitorização do grau de cumprimento das obrigações previstas no RGPC por parte das 12 entidades que, à data, integravam o Ministério das Finanças. Pretendeu-se verificar, em concreto, se foi adotado e implementado um PCN, se os instrumentos normativos foram objeto de divulgação, nos respetivos sítios da internet, se foram efetuadas as obrigações de reporte, e se foi implementado e desenvolvido um sistema de controlo interno robusto, adequado e eficaz. O relatório final, após a realização do contraditório, foi concluído e remetido para a Tutela no início de janeiro, sendo de registar

uma evolução positiva face ao ano anterior. O relatório contém recomendações no sentido de tornar o sistema de controlo interno de cada entidade mais robusto e eficaz e de reforçar a transparência da atividade e os mecanismos de acompanhamento e de avaliação do cumprimento do RGPC.

Importa também realçar que o [relatório anual de 2022 sobre as subvenções públicas](#) foi homologado pela Tutela em 18 de março de 2024, tendo sido proposta a comunicação ao MENAC – atentas as competências desta entidade – das situações detetadas relativas ao cumprimento do RGPC pelas entidades públicas outorgantes e beneficiários das subvenções públicas, bem como das fragilidades e/ou omissões evidenciadas nalguns Planos de Prevenção de Riscos (PPR). Entretanto, foi concluída, no início de janeiro deste ano, a auditoria às subvenções públicas de 2023, aguardando-se o despacho de homologação da Tutela. No que se refere ao controlo das transferências de entidades do setor público para fundações, foi concluída a auditoria de 2022, cujos resultados foram transmitidos ao MENAC, de modo a garantir a aplicação do RGPC pelas fundações com 50 ou mais trabalhadores beneficiárias de apoios financeiros públicos. Está, ainda, em curso a auditoria às transferências de entidades públicas para fundações relativas ao ano de 2023, prevendo-se que esta auditoria seja concluída em 2025.

A nível da intervenção do controlo das autarquias locais, a IGF realizou duas ações – uma destinada ao controlo do cumprimento do PCN no Setor Empresarial Local e outra que incidiu nas obrigações de reporte de entidades da Administração Local no âmbito do RGPC. De realçar que, neste âmbito, foi enviado um questionário a 169 empresas locais, tendo por objetivo averiguar o grau de cumprimento das obrigações previstas no RGPC, nomeadamente, quanto à adoção de um PCN. Além disso, foram apreciados pela IGF os PPR, respetivas revisões e relatórios de avaliação, bem como Códigos de Conduta e revisões e relatórios de infrações aos mesmos, reportados à IGF por entidades da administração local.

No âmbito do controlo financeiro empresarial realizado pela IGF, quer em 2024, quer em anos anteriores, tem sido efetuado o acompanhamento dos deveres legais de comunicação que impendem sobre as empresas públicas, destacando-se a análise dos PPR e correspondentes relatórios anuais de execução, remetidos à IGF por essas empresas (vide o artigo 46.º do Decreto-Lei n.º 133/2013, de 03 de outubro - [regime jurídico do setor público empresarial](#) – e o artigo 6.º e seguintes do RGPC). Para além do referido acompanhamento, está em curso uma ação que visa o controlo do cumprimento do PCN por 58 empresas públicas do Setor Empresarial do Estado (SEE), das quais 43 são empresas do setor da saúde. Estima-se que a referida ação seja concluída no início deste ano.

Em relação às ações desenvolvidas pelas Regiões Autónomas, a Inspeção Regional de Finanças da Madeira (IRFM) privilegiou a verificação e adequação dos PPR, bem como a existência de canais de denúncias e de planos de formação. Do mesmo modo, a Inspeção Administrativa Regional dos Açores (IARA) desenvolveu ações específicas no âmbito dos instrumentos de conduta e de prevenção de riscos de corrupção, priorizando a aplicação do PRR naquela Região Autónoma. A IARA concluiu, igualmente, uma auditoria transversal aos instrumentos de Ética, Gestão e Prevenção da Corrupção e Infrações Conexas na Administração Regional dos Açores, à qual responderam 62,45% das entidades auditadas. Constata-se que as entidades que responderam ao pedido de informação já cumpriram, pelo menos, uma das exigências do PCN previsto no RGPC e a maioria dispõe de PPR's e Códigos de Conduta atualizados, tendo já assegurado a respetiva comunicação ao MENAC.

Importa, também, salientar que o Plano de Atividades da IGF para 2025 contempla uma ação de monitorização do cumprimento do RGPC pelas restantes empresas públicas não abrangidas pela ação

em curso no SEE. O Plano inclui, ainda, à semelhança de 2024, ações de controlo sobre a contratação pública, subvenções, benefícios públicos e benefícios fiscais (áreas de risco elevado) e as auditorias financeiras e de conformidade, abrangendo entidades da Administração Central, das Autarquias Locais e do Setor Público Empresarial (Estado e Local).

- *Measures to enhance general transparency of public decision-making (including rules on lobbying, asset and interest disclosure rules, gifts policy, transparency of political party financing).*

Cumpra sublinhar, nesta matéria, que, no âmbito dos artigos 8º e 9º do Código de Conduta do XXIV Governo Constitucional, a aceitação de bens de valor estimado igual ou superior a 150€ é entendida como um condicionamento da imparcialidade e da integridade do exercício de funções. Havendo dúvidas sobre o valor da oferta ou convite, pode ser pedida a sua avaliação à Unidade da Transparência da Secretaria-Geral da Presidência do Conselho de Ministros (SGPCM), que criou um registo centralizado de ofertas, de acesso público, com vista a reforçar a transparência. Acresce que foram reformulados os Guias da Transparência, dos quais é dado conhecimento aos membros do Governo aquando do início de funções, clarificando e especificando as regras para a aceitação de ofertas, nomeadamente, convites ou serviços.

- *Measures to prevent conflicts of interest in the public sector. Please specify the features and scope of their application (e.g. categories of officials concerned, types of checks and corrective measures depending on the category of officials concerned).*
→ *For the three previous points, **please also provide information and figures on their application/enforcement**, such as number of detected breaches/irregularities of the various rules in place and the follow-up given (investigations, sanctions, etc.).*
- *Measures to ensure whistleblower protection and encourage reporting of corruption, including their application (i.e. number of reports received, and the follow-up given).*

A IGF, enquanto entidade abrangida pelo RGPC, disponibiliza canais de denúncia interno e externo. Em cumprimento do disposto no artigo 17.º do RGPD, a IGF já concluiu o relatório anual relativamente às denúncias recebidas, em 2023, no canal de denúncia externo. Este relatório foi remetido em 7 de fevereiro de 2024 à Assembleia da República. Até 29 de novembro de 2024 foram recebidas 45 denúncias pelo canal de denúncia externo da IGF (37 denúncias em 2023). Das 45 denúncias, 17 foram encaminhadas para entidades externas, 10 para centros de competências da IGF, 16 sem encaminhamento e 2 simultaneamente para entidades externas e centros de competências da IGF.

No [canal de denúncias](#) criado pelo Governo Regional da Madeira, que abrange todos os serviços no seu perímetro de competência, e entidades do setor público empresarial regional, a IRFM recebeu, em 2023 e 2024, um total de 22 participações. O Governo Regional dos Açores também implementou medidas para assegurar a proteção dos denunciadores e incentivar a denúncia de casos de corrupção, dispondo, igualmente, de um canal único para denunciar situações previstas no RGPD, entre outras. Este portal prevê a possibilidade de apresentação de uma “Denúncia Externa”, por cidadãos, e de uma “Denúncia Interna”, por trabalhadores da Administração Pública Regional. As participações são encaminhadas, de forma automatizada, às entidades inspetivas regionais ou ao departamento competente em razão da matéria. Está também previsto o anonimato, garantindo a total privacidade e a proteção dos dados pessoais dos denunciadores, uma vez que todo o conteúdo da denúncia é encriptado, inclusive em situações de necessidade de interação entre quem apresenta a queixa e o

gestor do processo, único interveniente que tem acesso ao seu conteúdo.

No ano de 2024 foram rececionadas no [canal de denúncias](#) do Governo Regional dos Açores um total de 157 denúncias externas e 61 denúncias Internas, sendo que destas 29 referem-se aos domínios da competência da IARA. O tratamento de denúncias espoletou, no decurso de 2024, a realização de dois inquéritos, três processos disciplinares, uma inspeção extraordinária e a inclusão de pontos específicos nas matérias a analisar em duas inspeções ordinárias.

- *Specific measures to enhance transparency, integrity and accountability in sectors with high risks of corruption, with a view to monitor and prevent corruption and conflict of interests, and where applicable measures to prevent and address corruption committed by organised crime groups.*
 - *Such high-risk sectors could include: public procurement, including construction, transport/infrastructure, defence, cohesion, agriculture, environment, healthcare, citizen/residence investor schemes, large-scale investments of national interest and the spending of EU funds, urban planning.*

A IGF publicita na intranet e na página oficial do seu portal na internet os elementos previstos no RGPC em matéria de transparência administrativa, assegurando a acessibilidade, o uso, a qualidade, a compreensibilidade, a tempestividade e a integridade dos dados divulgados. O PCN da IGF, [publicado no referido portal](#), abrange o [Código de Ética e Conduta](#) e o [Plano de Prevenção de Riscos de Gestão](#), bem como os respetivos relatórios de avaliação anual e intercalar de 2022, 2023 e 2024 (o relatório anual deste ano será concluído, nos termos da lei, até abril de 2025).

Ainda no âmbito da prevenção da corrupção, releva-se que, em 2025, o MENAC dedicará particular atenção às entidades do setor privado, estando prevista uma colaboração formal com a IGAMAOT para a implementação efetiva do RGPC nas áreas do clima e da energia.

Por fim, no tocante a matérias de controlo da utilização de fundos europeus, importa salientar o [Think Tank](#), uma iniciativa que visa a boa utilização dos recursos financeiros da UE e que surgiu na sequência de proposta formulada pelo Departamento Central de Investigação e Ação Penal com vista a identificar aspetos de relevo que pudessem contribuir para a definição de estratégias de prevenção e combate a fraudes com fundos europeus. Por [Despacho de 30/07/2024](#), da Procuradora-Geral da República, foi renovado por mais 2 anos o período de funcionamento do Think Tank, tendo em conta os resultados alcançados, o contexto da atuação e as atividades propostas para futuro. O Think Tank vem desenvolvendo conhecimento, como demonstra a Conferência de 28/11/2024 sobre “[IA e Fraude nos Fundos Europeus Inovação e Responsabilidade](#)”. Destaca-se, também, a atividade de acompanhamento realizada pelo Ministério Público, espelhada na [Comissão de Auditoria e Controlo do PRR](#) por ocasião do 5.º Pedido de Pagamento submetido por Portugal à Comissão Europeia.

C. Repression

☐ No developments regarding the repression of corruption

☒ If there have been developments related to the repression of corruption, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *The legal framework on the criminalisation and sanctions for corruption and related offences, including foreign bribery.*

- *Official data on the number of investigations, prosecutions, final judgments, and the application of sanctions for corruption offences (differentiated by offence if possible)¹⁹. Please indicate whether the cases: involve legal persons; are related to the implementation of EU or national funds²⁰; involve high level corruption. Please indicate which data is publicly available and how policy-making is informed by the data.*

Sobre os dados estatísticos relativos a processos judiciais relacionados com o crime de corrupção, consultar o [anexo](#). De salientar que os dados estatísticos²¹ seguem os mesmos critérios de apuramento adotados na resposta ao questionário do último ano, de modo a manter a coerência com os dados então fornecidos.

- (i) Processos, arguidos e condenados em processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, pelo crime de corrupção e por tipo de pessoa, nos anos de 2022 e 2023;
- (ii) Arguidos em processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, pelo crime de corrupção e segundo a extinção do procedimento criminal, nos anos de 2022 e 2023;
- (iii) Condenados em processos-crime em fase de julgamento findos nos tribunais judiciais de 1ª instância, pelo crime de corrupção e segundo a decisão final condenatória, nos anos de 2022 e 2023.

Importa, ainda, dar nota de que a Direção-Geral da Política de Justiça (DGPJ) [facilita o acesso](#) a um vasto conjunto de informação relevante para maior clarificação dos tópicos abrangidos neste ponto. Quanto à forma como a formulação de políticas públicas é informada pelos dados, a DGPJ é responsável pela informação estatística da área da justiça, sendo tal informação usada, nomeadamente, para a prossecução das atribuições de conceção, preparação, análise e apoio técnico na execução de iniciativas, medidas legislativas, políticas e programas no âmbito do Ministério da Justiça e respetiva avaliação (ver alínea *b*) do n.º 2 do artigo 2.º do [Decreto-Lei n.º 163/2012, de 31 de julho](#)).

Outros elementos com relevo na matéria encontram-se igualmente no [Relatório Anual de Segurança Interna relativo a 2023](#) (RASI).

- *Potential obstacles identified in law or in practice to the investigation and prosecution of high-level and complex corruption cases (e.g. political immunity regulation, procedural rules, statute of limitations, cross-border cooperation, pardoning).*
- *Information on effectiveness of criminal and non-criminal measures and of sanctions (e.g. recovery measures and administrative sanctions) on both public and private offenders.*

¹⁹ Please include, if available the number of (data since 2022 or latest available data): indictments; first instance convictions, first instance acquittals; final convictions; final acquittals; other outcomes (final) (i.e. excluding convictions and acquittals); cases adjudicated (final); imprisonment / custodial sentences through final convictions; suspended custodial sentences through final convictions; pending cases at the end of the reference year.

²⁰ For MS participating in the EPPO, data on cases related to EU funds does not encompass investigations and prosecutions carried out by the EPPO.

²¹ Por refletir um reduzido número de ocorrências, parte da informação está protegida por segredo estatístico: sempre que o número é inferior a 3, encontra-se protegido pelo segredo estatístico, pelo que esses dados não podem ser divulgados. O princípio do segredo estatístico é um dos princípios fundamentais do Sistema Estatístico Nacional (artigo 6.º da Lei n.º 22/2008, de 13 de maio), o qual visa a salvaguardar a privacidade dos cidadãos e garantir a confiança no referido sistema. Mais se informa que os dados estatísticos sobre processos nos tribunais judiciais de 1.ª instância são recolhidos a partir do sistema informático dos tribunais, representando a situação dos processos registada nesse sistema.

Other – please specify

Além da aplicação interna das medidas determinadas pelo RGPC, o Instituto Nacional de Administração (INA), I.P., tem reforçado significativamente a sua missão de formação no domínio do combate à corrupção.

Assinale-se, em particular, a realização, em 2024, de três Cursos de Gestão do Risco de Fraude, no âmbito da Academia PRR, dirigidos aos beneficiários intermediários, diretos e finais do PRR, bem como de cursos de “formação à medida” para diversas entidades da Administração Central, sobre prevenção da corrupção, gestão da ética e cultura de integridade das Organizações.

Nos últimos anos, o aumento exponencial do volume de pedidos de formação nesta matéria por parte das entidades públicas obrigou o INA, I.P. a equacionar respostas alternativas. Neste contexto, está prevista a conversão para formato assíncrono da ação de formação “Regime geral de prevenção da corrupção – pressupostos, instrumentos e articulação”, com conteúdos transversais a toda a Administração Pública, que passarão a estar disponíveis em plataforma de ensino a usar pelo INA, I. P. Esta iniciativa está a ser preparada em colaboração com o MENAC e o CEJ, e encontra-se alinhada com a Agenda Anticorrupção e as recomendações da OCDE.

É, ainda, de referir a parceria entre o INA, I.P. e a Estrutura de Missão “Recuperar Portugal” (EMRP), no quadro da Academia PRR, para a realização de ações de formação sobre gestão do risco de fraude como parte integrante do sistema de gestão e controlo interno do PRR, com o objetivo de monitorizar a legalidade dos investimentos financiados através do PRR e assegurar a proteção dos interesses financeiros da UE. Acresce que o INA, I.P. é também parceiro da Agência para o Desenvolvimento & Coesão, I.P., no que diz respeito à integridade e risco de fraude relativamente aos fundos europeus.

III. Media pluralism and media freedom

Please provide information on measures taken to follow-up on the recommendations received in the 2024 Report regarding media pluralism and media freedom (if applicable):

Não foram formuladas recomendações a Portugal no âmbito do presente pilar.

A. Media authorities and bodies²²

☐ No developments

☒ If there have been developments related to media authorities and bodies, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution:

- *Measures taken to ensure the independence, enforcement powers and adequacy of resources (financial, human and technical) of media regulatory authorities and bodies.*
- *Conditions and procedures for the appointment and dismissal of the head / members of the collegiate body of media regulatory authorities and bodies.*
- *Existence and functions of media councils or other self-regulatory bodies.*

Em novembro de 2024, o Governo português identificou as 14 entidades que serão responsáveis, em

²² Cf. Article 30 of Directive 2018/1808.

Portugal, pela supervisão do cumprimento da legislação da UE que protege os direitos fundamentais no âmbito da utilização de sistemas de Inteligência Artificial (IA) de risco elevado. A Entidade Reguladora para a Comunicação Social (ERC) integra estas entidades, tendo também sido designadas a Inspeção-Geral das Finanças (IGF); o Gabinete Nacional de Segurança (GNS); a Inspeção-Geral da Defesa Nacional (IGDN); a Inspeção-Geral dos Serviços de Justiça (IGSJ); a Polícia Judiciária; a Inspeção-Geral da Administração Interna (IGAI); a Inspeção-Geral da Educação e Ciência (IGEC); a Entidade Reguladora da Saúde (ERS); a Autoridade de Segurança Alimentar e Económica (ASAE); a Inspeção-Geral do Ministério do Trabalho, Solidariedade e Segurança Social (IGMTSSS); a Autoridade para as Condições do Trabalho (ACT); e a Entidade Reguladora dos Serviços Energéticos (ERSE).

Caberá à Autoridade Nacional de Comunicações (ANACOM) assegurar a articulação de todas as entidades responsáveis, tendo a primeira reunião do grupo de trabalho tido lugar em 21/01/2025.

B. Safeguards against government or political interference and transparency and concentration of media ownership

☒ No developments

☐ If there have been developments related government or political interference or transparency and concentration of media ownership, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Measures taken to ensure the fair and transparent allocation of state advertising*
- *Safeguards against state / political interference, in particular:*
 - *safeguards to ensure editorial independence of media (private and public)*
 - *specific safeguards for the independence of heads of management and members of the governing boards of public service media (e.g. related to appointment, dismissal), safeguards for their financial and operational independence (e.g. related to reporting obligations and the allocation of resources) and safeguards for plurality of information and opinions*
 - *information on specific legal provisions and procedures applying to media service providers, including as regards granting/renewal/termination of licences, company operation, capital entry requirements, concentration, and corporate governance*
- *Transparency of media ownership and public availability of media ownership information, including on direct, indirect and beneficial owners*

C. Framework for journalists' protection, transparency and access to documents

☐ No developments

☒ If there have been developments related to the framework for journalists' protection or transparency/access to documents, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Rules and practices guaranteeing journalist's independence and safety, including as regards protection of journalistic sources and communications, referring also, if applicable, to follow-up given to alerts lodged with the Council of Europe's Platform to promote the protection of journalism and safety of journalists.*

- *Law enforcement capacity, including during protests and demonstrations, to ensure journalists' safety and to investigate attacks on journalists.*
- *Access to information and public documents by public at large and journalists (incl. transparency authorities where they exist, procedures, costs/fees, timeframes, administrative/judicial review of decisions, execution of decisions by public authorities, possible obstacles related to the classification of information).*
- *Lawsuits (incl. SLAPPs - strategic lawsuits against public participation) and convictions against journalists (incl. defamation cases) and measures taken to safeguard against manifestly unfounded and abusive lawsuits.*

No primeiro trimestre de 2025 deverá ser aprovado um Plano Nacional para a Segurança dos Jornalistas, no âmbito das medidas previstas no [Plano de Ação para a Comunicação Social](#), de outubro de 2024 (*vide infra informação complementar sobre este Plano de Ação*). Ainda que a situação em Portugal relativamente à segurança dos jornalistas não se mostre problemática, pretende-se prevenir o agravamento do quadro de ameaças sobre os profissionais da comunicação social que se tem verificado noutros países e ir ao encontro das recomendações e iniciativas adotadas por diversas organizações internacionais de que Portugal é membro, como sejam o Conselho da Europa, a Organização para a Segurança e Cooperação na Europa e a própria UE.

Portugal tem colaborado no esforço internacional conjunto para a mitigação das ameaças e riscos que impendem sobre os jornalistas, não só através da participação em vários eventos, como no desenvolvimento de mecanismos nacionais para aplicação das medidas que se justifiquem neste contexto. Não obstante a legislação nacional vigente ser bastante garantística dos interesses destes profissionais, desde logo no quadro dos direitos fundamentais, continuam a ser envidados esforços no que se refere ao controlo da legalidade da atividade das entidades públicas relativamente a estes profissionais, nomeadamente quanto ao exercício do direito de acesso a documentos administrativos, e noutros domínios, como a criação de hábitos de cooperação dos jornalistas com as autoridades policiais, sobretudo no desempenho da sua atividade no terreno.

Finalmente, menção à Diretiva (UE) 2024/1069 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 11 de abril de 2024, relativa às ações judiciais estratégicas contra a participação pública (abrev. ing. SLAPP), cujo processo de transposição se encontra em curso e constituirá um passo importante no reforço da proteção das liberdades de expressão e de imprensa em Portugal.

Other – please specify

Merece referência a [Resolução do Conselho de Ministros n.º 105/2024, de 21 de agosto](#), que criou a Estrutura de Missão #PortugalMediaLab, especificamente destinada a coordenar a execução e a monitorização das políticas públicas nacionais no domínio da comunicação social, designadamente através do apoio à conceção e à concretização do [Plano de Ação para a Comunicação Social](#). Este Plano, aprovado em outubro de 2024, contempla a implementação de 30 medidas para o setor, com o propósito de garantir e defender a pluralidade, a independência e a sustentabilidade de uma comunicação social livre. Destaca-se, por já ter sido concluída, a medida 21, relativa à distribuição de publicações periódicas em todos os concelhos do país, em resultado de um Protocolo de Entendimento assinado entre o Governo e a VASP - Distribuidora de Publicações, S.A.. Por estarem prestes a ser implementadas, são de realçar, também, as seguintes medidas: (i) a revisão do contrato de serviço público de *media* com a RTP (medida 3); o apoio à distribuição de publicações periódicas para zonas de baixa densidade populacional (medida 20); a duplicação do porte pago das publicações periódicas

(medida 22); e a oferta de assinaturas digitais de jornais a todos os jovens entre os 15 e os 18 anos (medida 29).

Ainda no domínio do pluralismo dos media, salienta-se:

- (i) A apresentação, em novembro 2024, do [Plano de Ação para os Media Açorianos](#), no valor de 2M€, uma iniciativa do Governo da Região Autónoma dos Açores. Também o Governo Regional da Madeira procedeu, no final de dezembro, a uma renovação e atualização do [Programa Regional de Apoios à Comunicação Social Privada](#), estimulando a sustentabilidade, a competitividade e a inovação dos media privados, privilegiando o apoio ao emprego e ao exercício do jornalismo, incrementando a capacidade de produção de conteúdos e promovendo a literacia mediática;
- (ii) A introdução de um [mecanismo de publicitação do modelo de governação dos fundos europeus 2021-2027, através dos jornais locais ou regionais e de âmbito nacional](#) ;
- (iii) A discussão, na especialidade, de uma Proposta de Lei para a alteração do Regime Jurídico das Autarquias Locais ([Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro](#)) em matéria de publicidade das deliberações dos órgãos. Esta alteração inclui a modificação do artigo 56.º daquele diploma, o qual prevê que as deliberações dos órgãos municipais colegiais destinadas a ter eficácia externa sejam divulgadas de forma sumária no boletim do município e nos jornais regionais ou locais, incluindo os jornais digitais e sítios da Internet de rádios regionais ou locais, editados ou distribuídos na área do respetivo município;
- (iv) A aprovação da [Resolução da Assembleia da República n.º 22/2025, de 3 de fevereiro](#), que recomenda ao Governo que aprove a Portaria que fixa as tabelas de custos relativas à publicação das deliberações e decisões dos órgãos das autarquias locais destinadas a ter eficácia externa, ouvidas as associações representativas da imprensa regional e a Associação Nacional dos Municípios Portugueses.
- (v) A discussão, na especialidade, de uma [Proposta de Lei](#) para assegurar a execução, na ordem jurídica interna, do Regulamento (UE) 2022/2065, de 19 de outubro, relativo a um mercado único para os serviços digitais e que altera a Diretiva 2000/31/CE, de 8 de junho, sobre comércio eletrónico;
- (vi) A aprovação de um Programa de apoio à transição digital para órgãos de comunicação social, que prevê apoios para a digitalização do arquivo destes órgãos (Artigo 242.º da [Lei do Orçamento de Estado para 2025](#));
- (vii) A decisão do Governo de prolongar, em 2025, o congelamento dos emolumentos a cobrar pela Carteira Profissional de Jornalista pela emissão e renovação dos títulos de acreditação profissional dos jornalistas ([Despacho n.º 15261-A/2024, de 31 de dezembro](#)).

IV. Other institutional issues related to checks and balances

Please provide information on measures taken to follow-up on the recommendations received in the 2024 Report regarding the system of checks and balances (if applicable): ...

(v) Conclua as reformas destinadas a melhorar a transparência do processo legislativo, em particular no que respeita à implementação de instrumentos de avaliação de impacto

Em 2024 prosseguiram os esforços para melhorar a transparência do processo legislativo e a qualidade da legislação, em vários domínios. No âmbito desta recomendação, a Agenda Anticorrupção e o

Relatório Técnico elencam um quadro de medidas com vista a melhorar a transparência do processo legislativo, cuja concretização se encontra em curso. Entre as referidas medidas, destacam-se:

- (i) A regulamentação da atividade do lóbi, neste caso através de intervenção legislativa parlamentar²³. O objetivo é tornar transparente a atividade de representação de interesses, com divulgação das interações com os decisores públicos, incluindo: (a) um registo de transparência, procedendo à identificação dos representantes legítimos num registo comum a todas entidades públicas, obrigatório e de acesso público; (b) um Código de Conduta do registo de transparência, contendo regras gerais para a relação entre entidades públicas e representantes de interesses e um registo de interesses, impedimentos e incompatibilidades [*importa referir que o Código de Conduta do XXIV Governo prevê a sua adaptação futura às alterações legislativas a aprovar em matérias de “representação de interesses particulares e regulação de contactos”*]; e (c) uma agenda pública, procedendo a um registo de presenças, tópicos abordados e decisões adotadas;
- (ii) O escrutínio das decisões dos órgãos do Estado, através de uma agenda dos decisores e do sistema de “pegada legislativa”, que registará as entidades que tiverem intervenção direta na produção legislativa. Esta iniciativa terá em conta a avaliação do projeto-piloto sobre “pegada legislativa” e incluirá o registo de interações com entidades externas e consultas realizadas, garantindo a rastreabilidade dos atos e procedimentos da Administração Pública e de todos os órgãos do Estado. Pese embora o projeto-piloto já ter terminado, conforme reportado no contributo para o relatório de 2024, o Governo tem continuado a aplicar as boas práticas de controlo da «pegada legislativa», mantendo a exigência de registo de qualquer intervenção de entidades externas no processo legislativo, desde a fase de conceção e redação de um diploma legal até à sua aprovação final;
- (iii) Uma governação colaborativa, fortalecendo os meios digitais de consulta pública em processos legislativos, incentivando uma ampla participação da sociedade civil no desenho das políticas públicas;
- (iv) A implementação do Plano de Prevenção de Riscos dos Órgãos do Estado, robustecendo o Estado face a fenómenos de corrupção;
- (v) O reforço do recurso aos gabinetes jurídicos do Estado, evitando o uso excessivo de assessoria jurídica externa e capacitando, simultaneamente, a assessoria jurídica dentro do Estado, com menor exposição a interesses de terceiros;
- (vi) O aprofundamento do princípio do “Governo aberto”, através da disponibilização proativa de documentos e dados administrativos e publicação de mais informação, permitindo à sociedade civil avaliar e escutinar as políticas públicas.

Relativamente à avaliação de impacto, o Regimento do Conselho de Ministros do XXIV Governo Constitucional, aprovado pela [Resolução do Conselho de Ministros n.º 65/2024, de 24 de abril](#), prevê a elaboração de informação sobre o impacto legislativo dos atos normativos do Governo quando a respetiva natureza e relevância o justifiquem, sendo que a prática do Governo tem sido a de enviar todos os Planos para avaliação de impacto pelo Centro de Avaliação e Planeamento de Políticas Públicas (PLANAPP). O Regimento estabelece, ainda, a avaliação de impacto dos atos normativos do Governo em matéria de equilíbrio climático, dispondo, por outro lado, que o exercício de avaliação de impacto legislativo deve estimar e comparar a variação dos benefícios e dos encargos sobre a vida das pessoas

²³ Onde correm termos os procedimentos legislativos referentes às propostas já apresentadas nesta legislatura no Parlamento, nomeadamente os projetos de lei n.ºs 179/XVI/a ([PAN](#)), 190/XVI/1a ([IL](#)), 346/XVI/1a ([PSD](#)) e 366/XVI/1a ([CH](#)).

e na atividade das empresas, bem como impactos de outra natureza, designadamente sobre a eficiência e simplificação administrativas. De referir que o PLANAPP utiliza uma ferramenta de Inteligência Artificial para identificar os custos associados aos atos normativos objeto de avaliação de impacto, nomeadamente os custos administrativos, tanto para os cidadãos como para as empresas.

A. The process for preparing and enacting laws

☐ No developments

☒ If there have been developments related to the process for preparing and enacting laws, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Framework, policy and use of impact assessments and evidence based policy-making, stakeholders²⁴/public consultations (including rules and practices on the transparent participation of civil society to policy development and decision-making processes, and transparency and quality of the legislative process both in the preparatory and the parliamentary phase.*

A participação de *stakeholders* produz um impacto positivo determinante na transparência dos processos legislativos. No [programa](#) do XXIV Governo Constitucional está patente o compromisso de reforçar a consulta pública no âmbito dos processos legislativo e regulamentar. Nesta senda, o Governo colocou em consulta pública, no último ano, vários diplomas relevantes, tais como a Agenda anticorrupção, a Lei da Cibersegurança, a Estratégia Nacional para o Tráfico de Seres Humanos e a Estratégia Digital Nacional. O Regimento do Conselho de Ministros prevê expressamente que a decisão de legislar deve fundamentar-se em critérios de necessidade, oportunidade, eficiência e simplificação, com referência à análise de alternativas ao ato normativo proposto.

No domínio da qualidade e da simplificação do processo legislativo, destaca-se o compromisso de tornar a legislação e os processos ligados à economia do mar mais claros, menos discricionários e com prazos de decisão razoáveis para que as empresas que pretendam investir na economia do mar o possam fazer de forma esclarecida, planeada e segura. Por outro lado, estão em vigor várias iniciativas junto da Imprensa Nacional Casa da Moeda para tornar mais acessível o acesso ao ordenamento jurídico pelo cidadão. Importa mencionar as seguintes:

- (i) Programa Revoga +, incidindo na revogação de legislação que se encontra formalmente em vigor, mas que caiu em desuso ou se tornou incompatível com outras disposições que coexistem no ordenamento jurídico, justificando-se, por isso, a ponderação da sua revogação expressa;
- (ii) Lexionário, um dicionário de conceitos jurídicos especialmente dirigido a não-juristas, que procura dar uma explicação clara e sucinta dos conceitos jurídicos mais recorrentes e importantes, facilitando a compreensão dos atos legislativos pelos cidadãos;
- (iii) Resumo em Linguagem Clara e acessível do texto dos diplomas, em português e inglês, visando simplificar a consulta de legislação por cidadãos que não tenham conhecimentos jurídicos. Até ao final do primeiro semestre de 2023 foram publicados no Diário da República cerca de 1200 resumos em linguagem clara.

De sublinhar, ainda, que, nos termos da alínea f) do n.º 1 do Regimento do Conselho de Ministros, os

²⁴ This includes also the consultation of social partners.

diplomas legislativos do Governo que prevejam a necessidade de regulamentação só poderão dar entrada em processo legislativo se os instrumentos de regulamentação também o forem. Assinale-se, igualmente, a importância atribuída ao cumprimento do prazo de transposição de diretivas da UE, pelo que as áreas governativas recebem notificações regulares 6 meses antes do final do prazo de transposição. Neste âmbito, os gabinetes ministeriais enviam, mensalmente, aos gabinetes do Ministro da Presidência e do Secretário de Estado da Presidência do Conselho de Ministros um relatório sobre o estado dos trabalhos com vista à transposição das diretivas ainda pendentes e a data previsível para apresentação das correspondentes iniciativas legislativas. (cf. n.º 2 do artigo 41.º do Regimento).

- *Rules and use of fast-track procedures and emergency procedures (for example, the percentage of decisions adopted through emergency/urgent procedure compared to the total number of adopted decisions)*
- *Rules and application of states of emergency (or analogous regimes), including judicial review and parliamentary oversight.*
- *Regime for constitutional review of laws*

B. Independent authorities

☐ No developments regarding independent authorities

☒ If there have been developments related to independent authorities, please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Independence, resources, capacity and powers of national human rights institutions ('NHRIs'), of ombudsman institutions if different from NHRIs, of equality bodies if different from NHRIs and of supreme audit institutions²⁵*

Em 07 de junho de 2024, o Provedor de Justiça, em plena conformidade com os Princípios de Paris das Nações Unidas, obteve a [renovação da sua acreditação com «estatuto A»](#) pelo Subcomité de Acreditação do Global Alliance of National Human Rights Institutions (GANHRI).

O Provedor de Justiça é o Mecanismo Nacional de Prevenção ao abrigo do Protocolo Facultativo à Convenção contra a Tortura e Outras Penas ou Tratamentos Cruéis, Desumanos ou Degradantes, desde 2014. Tem também estatuto de observador permanente na Comissão Nacional para os Direitos Humanos (CNDH), um organismo de coordenação interministerial que funciona como mecanismo nacional de implementação, reporte e seguimento de obrigações e recomendações internacionais na área dos direitos humanos. Enquanto observador permanente, o Provedor de Justiça participa ativamente nos trabalhos da CNDH, formulando frequentemente observações e recomendações. Tem também submetido relatórios-sombra aos Órgãos de Tratados de direitos humanos das Nações Unidas, e participado nos diálogos entre Portugal e esses Órgãos de Tratados. A colaboração com a CNDH é muito frutífera, permitindo que todas as áreas governativas com assento na CNDH recebam recomendações concretas para melhorar a atuação da Administração Pública.

O Provedor de Justiça dispõe de autonomia financeira e administrativa, contando com serviços de apoio (atualmente 101 pessoas) e [orçamento próprio](#). Os serviços e recursos de que o Provedor de Justiça dispõe são suficientes para desempenhar as suas funções e cumprir o seu mandato de forma

²⁵ Cf. the website of the European Court of Auditors: <https://www.eca.europa.eu/en/Pages/SupremeAuditInstitutions.aspx#>

independente.

- *Statistics/reports concerning the follow-up to recommendations by National Human Rights Institutions, ombudsman institutions, equality bodies, and supreme audit institutions in the past two years.*

Em 2024, o Provedor de Justiça iniciou investigações por iniciativa própria em diversas áreas, nomeadamente:

- (i) As condições de mobilidade das pessoas com deficiência, nomeadamente na utilização de transportes públicos;
- (ii) O sistema de atribuição de produtos de apoio às pessoas com deficiência ou incapacidade temporária (e.g. cadeiras de rodas, plataformas elevatórias);
- (iii) A atuação das entidades administrativas com competência na área das migrações. Os resultados destas ações serão publicados em 2025.

A Provedoria de Justiça mantém um registo de todas as recomendações que dirigiu no âmbito das queixas recebidas e no seguimento de [relatórios temáticos](#). A sequência dada às recomendações está disponível na [página eletrónica](#) da Instituição. Além disso, o seguimento dado às recomendações é mencionado nos [relatórios anuais](#) enviados à Assembleia da República e debatido no momento em que o Provedor de Justiça apresenta a sua atividade anual aos deputados da Comissão de Assuntos Constitucionais, Direitos, Liberdades e Garantias, da Assembleia da República.

C. Accessibility and judicial review of administrative decisions

☒ No developments

☐ If there have been developments related to the accessibility and judicial review of judicial decisions please specify which, in particular regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Transparency of administrative decisions and sanctions (incl. their publication and rules on collection of related data)*
- *Judicial review of administrative decisions: short description of the general regime (in particular competent court, scope, suspensive effect, interim measures, and any applicable specific rules or derogations from the general regime of judicial review).*
- *Rules and practices related to the application by all courts, including constitutional jurisdictions, of the preliminary ruling procedure (Art. 267 TFEU)*

[A inclusão da jurisdição constitucional não afeta as respostas dadas em edições anteriores do questionário, para as quais se remete].

- *Implementation of final judgments by the public administration and State institutions and follow-up given to supranational judgments, including decisions from the European Court of Human Rights, as well as available remedies in case of non-implementation*

[As alterações introduzidas no questionário não afetam as respostas dadas em edições anteriores, para as quais se remete].

D. The enabling framework for civil society

☐ No developments

☒ If there have been developments related to the enabling framework for civil society, please specify which, regarding topics listed below: ...

Relevant topics to be covered in your contribution include:

- *Measures regarding the framework for civil society organisations and human rights defenders (e.g. legal framework and its application in practice incl. registration, transparency and dissolution rules)*
- *Rules and practices having an impact on the effective operation and safety of civil society organisations and human rights defenders. This includes measures to protect them from attacks – verbal, physical or on-line –, intimidation, legal threats incl. SLAPPs, negative narratives or smear campaigns, measures capable of affecting the public perception of civil society organisations, etc. It also includes measures to monitor threats or attacks and dedicated support services, as well as available remedies.*
- *Organisation of financial support for civil society organisations and human rights defenders (e.g. framework to ensure access to funding, and for financial viability, taxation/incentive/donation systems, measures to ensure a fair distribution of funding)*

Refira-se o determinante apoio técnico e financeiro prestado pela [Comissão para a Cidadania e a Igualdade de Género \(CIG\)](#). A CIG apoiou, em 2024, mais de 20 projetos de organizações não governamentais de mulheres num valor global de 200.000,00€; 8 associações da sociedade civil que trabalham na área do combate à mutilação genital feminina, no valor total de 80.000,00€; e 13 organizações não governamentais de defesa dos direitos das pessoas LGBTQ+, também no valor de 80.000,00€. No final de 2024 foram publicados avisos para abertura de concursos pelo mesmo valor para projetos a desenvolver em 2025.

Está, também, em execução o Programa Temático Demografia, Qualificações e Inclusão (Pessoas 2030) – um programa temático do Portugal 2030 para apoiar medidas de políticas públicas que permitam enfrentar os desafios das qualificações da população, do emprego, da inclusão social e, transversalmente, da questão demográfica. A CIG é organismo intermédio do [PESSOAS2030 para a área da igualdade](#), no âmbito do qual foram já apoiadas várias entidades que integram a Rede Nacional de Apoio às vítimas do crime de violência doméstica, estando, ainda, previstas linhas de financiamento para a capacitação de Organizações não Governamentais.

E. Initiatives to foster a rule of law culture

☐ No developments

☒ If there have been developments related to initiatives to foster a rule of law culture, please specify which, (e.g. debates in national parliaments on the rule of law, public information campaigns on rule of law issues, contributions from civil society, education initiatives, etc.): ...

Importa dar nota da oferta formativa desenvolvida pelo [INA, I. P.](#) na área dos direitos humanos. O INA, I.P. é um organismo reconhecido pela Agência de Direitos Fundamentais da União Europeia, escolhido para integrar a lista de entidades nacionais com competências relevantes na formação ministrada sobre a Carta dos Direitos Fundamentais da União Europeia. De referir, em particular, as ações de formação realizadas no âmbito da Estratégia Nacional para a Igualdade e Não Discriminação (ENID), da Estratégia

Nacional para a Inclusão de Pessoas com Deficiência (ENIPD) e da Estratégia Nacional de Combate à Pobreza (ENCP). Merece igual menção o Programa de Capacitação em Direitos Humanos para a Administração Pública (PCDHAP)²⁶, que, contando com a coordenação do INA I.P. e com o Alto Patrocínio da Provedoria de Justiça, tem por objetivo promover os direitos humanos e os direitos fundamentais nos serviços públicos e, bem assim, a Rede de Embaixadores para a Promoção dos Direitos Humanos na Administração Pública. No plano de formação de 2024, cumpre, ainda, sublinhar um eixo dedicado à formação para a cidadania e a participação, bem como uma oferta formativa centrada na participação pública e na promoção da igualdade e da inclusão.

Pela sua relevância, destacam-se ainda as seguintes iniciativas:

- (i) Em 8 de janeiro de 2025 teve lugar a Conferência "[Promoção dos Direitos Fundamentais e do Estado de Direito enquanto valores europeus na litigância nacional e internacional](#)", em colaboração com o CEJ e a Faculdade de Direito da Universidade de Lisboa, no âmbito do Módulo Jean Monnet, evento cofinanciado pela União Europeia.
- (ii) A 3 de maio de 2024 realizou-se no CEJ, com a colaboração da Comissão da Carteira Profissional de Jornalista e do Sindicato dos Jornalistas, uma ação de formação sobre o tema [Magistrados e jornalistas em diálogo: Removendo obstáculos e construindo pontes de comunicação, para reforço do Estado de Direito](#), que se debruçou sobre as decisões do Tribunal Europeu dos Direitos Humanos e as SLAPP. A temática das SLAPP foi, aliás, objeto da elaboração de um [folheto informativo](#), nas línguas portuguesa e inglesa, sobre a Recomendação (UE) 2022/758 e a Diretiva (UE) 2024/1069, onde se procura explicar, de forma simples e acessível, o que são estas ações judiciais.

Other – please specify

²⁶ A Comissão Nacional para os Direitos Humanos incluiu o Programa de Capacitação em Direitos Humanos para a Administração Pública na lista dos 5 compromissos assumidos por Portugal no âmbito do 75.º aniversário da Declaração Universal dos Direitos Humanos. Este Programa recebeu ainda o “Good Practice Certificate” EPSA (European Public Sector Award) – prémio entregue em Maastricht em 21 de março de 2024.